

Reconfigurações da maternidade patriarcal sob o neoliberalismo¹

DOI: 10.12957/irei.2024.86753

Alana Fontenelle²

Resumo

Este artigo analisa como o ideal de maternidade se reconfigura sob o neoliberalismo, mantendo, contudo, elementos essenciais que subordinam as mulheres e geram nelas um sentimento de culpa e inadequação. A partir da perspectiva do feminismo matricêntrico, associado à teórica Andrea O'Reilly, exploramos discursos contemporâneos que vinculam a maternidade à lógica neoliberal, em especial os conceitos de *intensive mothering* e *new momism*. Argumentamos que, embora as mulheres tenham conquistado maior presença na esfera pública, a maternidade segue sendo apresentada como uma vocação natural e exclusiva, agora atravessada pela lógica do mercado. Essa ideologia exige das mães dedicação extrema, conhecimento especializado e alto investimento emocional e financeiro no desenvolvimento dos filhos. O resultado é uma sobrecarga que reforça desigualdades de gênero e obscurece a necessidade de políticas públicas que redistribuam o cuidado. Por fim, defendemos a necessidade de um feminismo matricêntrico que compreenda a maternidade como questão política e promova formas de maternagem emancipadoras. Somente ao reconhecer o impacto das construções sociais sobre a experiência materna, será possível construir alternativas que respeitem as mulheres como indivíduos plenos, para além do papel materno.

Palavras-chave

maternidade; neoliberalismo; feminismo matricêntrico.

Reconfigurations of patriarchal motherhood under neoliberalism

Abstract

This article analyzes how the ideal of motherhood is reconfigured under neoliberalism while still preserving essential elements that subordinate women and generate feelings of guilt and inadequacy. From the perspective of a matricentric feminism, associated with the work of theorist Andrea O'Reilly, we examine contemporary discourses that link motherhood to neoliberal logic, especially through the concepts of *intensive mothering* and *new momism*. We argue that although women have gained greater visibility in the public sphere, motherhood

¹ Esse trabalho é financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP- CE), através de uma bolsa de pós-doutorado, à qual a autora é extremamente grata, pelo projeto Maternidade e representação política: discursos e performances no parlamento e no Instagram.

² Pós-doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: fontenelle.alana@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0105-2851>

continues to be framed as a natural and exclusive vocation, now shaped by market-driven logic. This ideology demands extreme dedication, specialized knowledge, and significant emotional and financial investment from mothers in their children's development. The result is an overwhelming burden that reinforces gender inequalities and obscures the need for public policies that redistribute caregiving responsibilities. Ultimately, we call for a matricentric feminism that recognizes motherhood as a political issue and advocates for emancipatory forms of mothering. Only by acknowledging the impact of social constructions on the maternal experience can we envision alternatives that respect women as full individuals, beyond their maternal roles.

Keywords

motherhood; neoliberalism; matricentric feminism.

Introdução

A imagem da maternidade, hoje, é uma imagem cindida. No mundo acadêmico, ao menos desde o estudo fundador de Elisabeth Badinter (1985), sabe-se que ela é uma prática socialmente construída e historicamente variável. No dia a dia, porém, continua a ser encarada da maneira convencional: um afeto instintivo, puro, superior a qualquer outro, marcado pelo autossacrifício da mãe, compelida a negar a si mesma ao colocar sempre os filhos em primeiro lugar. Uma maternidade que se manifesta como prática social, mas que é vista como definida de forma prioritária ou mesmo exclusiva pela biologia.

Essa maternidade convencional coloca, para a mulher que se torna mãe, um conjunto inalcançável de exigências – e também uma forte carga de culpa, já que nunca é possível corresponder ao padrão que, no entanto, seria “natural”. As mudanças na condição feminina em muitas sociedades, ao longo do último século, levaram à impossibilidade da manutenção do elo que ligava a maternidade ao insulamento das mulheres na esfera doméstica. Afinal, elas conquistaram o acesso à esfera pública, e a própria dinâmica do capitalismo atual exige que estejam inseridas no mercado de trabalho remunerado.

O propósito deste artigo é entender como, nessas novas condições, o ideal de maternidade se reconfigura, mas mantém seus elementos essenciais, que levam à subordinação da mulher e produzem nela um sentimento permanente de culpa e de inadequação. Em particular, serão analisados discursos recentes que produzem um modelo de maternidade fortemente vinculado à lógica neoliberal – batizados, na literatura anglófona, como *intensive mothering* e *new momism*. Em toda a análise, parto de perspectivas do feminismo matricêntrico, ainda pouco presente no Brasil e associado à obra da teórica canadense Andrea O'Reilly. Pensar as configurações da maternidade atual a partir de uma perspectiva matricêntrica significa reconhecer que mulheres mães passam por um processo de socialização de gênero desde a infância, que as prepara para o papel de cuidadoras de forma naturalizada e compulsória. Essa socialização gera uma

complexidade ainda maior para o trabalho do cuidado quando exercido por elas, pois envolve expectativas sociais, afetivas e morais que não seriam impostas da mesma forma a outras pessoas. Assim, ao analisar o fenômeno da maternidade, é fundamental considerar esse contexto compreendendo que a experiência materna não se reduz ao ato de cuidar, mas carrega um peso simbólico e estrutural profundamente enraizado nas desigualdades de gênero. É preciso olhar para as mães como uma categoria distinta de mulheres: muitos dos problemas que enfrentam — sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos — são específicos de seu trabalho e identidade como mães (O'Reilly, 2016). Em outras palavras, as mães não vivem simplesmente como mulheres, mas como mulheres mães, assim como as mulheres negras não vivem simplesmente como mulheres, mas como mulheres racializadas. Além disso, a identidade materna molda tanto a opressão quanto a resistência das mães sob o patriarcado, assim como a identidade racializada molda a opressão e a resistência das mulheres negras (O'Reilly, 2016).

Na primeira seção do texto, indico como a maternidade precisa ser entendida no contexto social baseando-me na obra de Badinter. As linhas de força do “mito do amor materno”, cuja gênese ela identifica no início da era moderna, continuam atuantes. Mas se reconfiguram, para se adaptarem a uma nova situação, em que as mulheres estão presentes no mercado de trabalho assalariado e, graças às lutas feministas, tiveram acesso à educação, a carreiras profissionais, ao controle do próprio dinheiro e, legalmente, a arranjos matrimoniais menos desiguais. Uma situação hoje marcada, também, pelo império da lógica liberal, que mantém relação ambígua com a maternidade – que é atravessada por elementos dessa lógica mas, ao mesmo tempo, afirma se manter como espaço imune a ela, governado apenas por amor e altruísmo. A noção de “maternidade intensiva”, explicada na segunda seção, ajuda a entender essa nova situação. Na terceira seção, à luz do que foi exposto até então, é defendida a ideia de um feminismo que reconheça a importância fundamental da maternidade na reprodução da dominação masculina. A breve conclusão ressalta a necessidade de abordar a maternidade como questão política.

Mãe, uma construção social

O estudo de Badinter tem dois grandes precursores. O primeiro é *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir. Seu famoso “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 2009, p. 361) resume a ideia de que os papéis de gênero são construções sociais, conceito que Badinter aplica à maternidade. O segundo é Philippe Ariès (1978), cuja pesquisa sobre a história da infância mostra que a ideia de “infância” é historicamente construída.

Ariès defende que, na Idade Média, a infância era reduzida ao período mais frágil. Assim que a criança ganhava autonomia, era integrada ao mundo adulto, sem as etapas da juventude típicas das sociedades modernas (Ariès, 1978, p. 10). Com a

industrialização, a escola assume a educação infantil, separando-a dos adultos e reorganizando a família em torno da criança (Ariès, 1978, p. 12). A família nuclear substitui a aldeã, tornando-se um espaço privado. Essa transição retira as crianças da vida comum e gera novas áreas de conhecimento, como a pediatria e a pedagogia.

Badinter (1985) argumenta que a maternidade patriarcal foi moldada por discursos filosóficos, médicos, políticos e religiosos. A valorização do amor materno desloca a autoridade paterna e se relaciona com a nova centralidade da infância (Ariès, 1978). Antes disso, predominava a insensibilidade parental: filhos eram vistos como um estorvo. Entregar bebês a amas era comum, apesar da alta mortalidade infantil. Para muitas mulheres, cuidar dos filhos era um fardo que interferia na vida conjugal e social (Badinter, 1985, p. 98).

A única exceção era o primogênito. Nas famílias ricas, a mãe o mantinha por perto, amamentando e cuidando dele. Badinter usa ironia para reforçar que o amor materno é uma construção histórico-social: “Nesse sentimento tão seletivo, onde fica o amor materno [...]? A preferência pelo primogênito [...] provavelmente, não é natural” (Badinter, 1985, p. 92). O motivo era prático: a mãe dependia do herdeiro caso ficasse viúva ou inválida. Assim, o amor materno revelava motivações materiais, distantes da pureza e altruísmo que lhe são atribuídos.

Ao enviarem os filhos às amas, mulheres ricas buscavam mais liberdade. O mito do amor materno interrompe esse movimento, reforçando a dominação masculina. A mudança tinha um motivo geopolítico: o Estado via no crescimento populacional um meio de ampliação do poder nacional. A criança, então, passa a ser considerada uma riqueza econômica. No final do século XVIII, essa transformação muda a percepção sobre a mãe e sua importância:

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (Badinter, 1985, p. 145).

A noção de “instinto materno” não foi natural, mas construída por discursos que convenceram as mulheres de que sua vocação era a maternidade. O discurso econômico, voltado aos homens, surgiu com a percepção da importância populacional para o país. O filosófico, baseado no natalismo e em Rousseau (1992), direcionava-se a ambos os sexos. O terceiro, voltado às mulheres, elevava-as a responsáveis pela nação, reforçando seu papel materno com apoio de médicos e religiosos. Assim, a mulher tornou-se pilar da família, devota e vigilante na criação dos filhos.

No fim do século XVIII, exaltava-se o instinto materno e condenava-se o abandono do aleitamento. Mas só o ideal de amor não bastava: era preciso impor a ideia de que amamentar era um instinto natural feminino. Badinter aponta o paradoxo de um instinto

que precisava ser reiterado por normas e discursos morais: “Prova sem dúvida de que a natureza precisava ser solidamente respaldada pela moral!” (Badinter, 1985, p. 269).

O discurso religioso fez de Maria o modelo de mãe, associando maternidade a sofrimento e sublimação (Heinemann, 1999). Já os médicos e higienistas reforçaram o mito do amor materno, controlando e normatizando os corpos femininos. A medicina, ao assumir total autoridade sobre gravidez e cuidados infantis, consolidou um mecanismo de controle que induziu as mulheres a priorizar a maternidade sobre todas as outras esferas (Vázques, 2014).

Badinter mostra em seu livro um exemplo perfeito de mudança cultural. São transformações na compreensão da maternidade que caminham na direção de três princípios básicos: 1) natureza instintiva; 2) a exigência de resignação com devotamento; 3) o incondicional desejo de ser mãe, já que, para a realização plena de sua feminilidade, a mulher precisa cumprir essa vocação. Essa responsabilidade materna se estendia para além da infância, era encargo da mãe o futuro do filho. Caso ele tivesse algum desvio de caráter que o levasse ao crime, alguma deficiência física ou mental, era a mãe a culpada. O pai também ganha um papel nesse novo arranjo familiar. Ele perde qualquer responsabilidade com o cuidado da casa e dos filhos. Seu papel é ser mantenedor, responsável pelo conforto e sobrevivência da família.

A maternidade reconfigurada leva a uma rígida divisão sexual do trabalho, que subordina a mulher às exigências do lar e ao cuidado da família, afastando-a da esfera pública. Como argumenta Okin, “é a permanência dessa dicotomia que torna possível que os teóricos ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero” (Okin, 2008, p. 307).

Maternidade, um trabalho sem folgas

Badinter mostra que a pressão ideológica foi tal que as mulheres se sentiram obrigadas a serem mães sem desejá-lo realmente. Assim, viveram sua maternidade sob o signo da culpa e da frustração. Orna Donath, socióloga israelense, tem um extenso trabalho sobre o arrependimento materno, em que entrevistou mulheres das mais diferentes idades que se dizem “mães arrependidas”. Muitas delas vivenciaram sua transição para maternidade como algo automático, sem que ponderassem sobre as conseqüências.

Essa tomada de decisão passiva ou transição “automática” da não maternidade para a maternidade sem fazer nenhuma reflexão e sem nenhum discernimento pessoal com frequência ocorre quando as normas são vivenciadas como algo dado, que não demanda consideração ou reserva; quando estão em nenhuma parte e em toda parte ao mesmo tempo, de um modo tão invisível e encoberto que é quase impossível notá-las. Nas palavras de Nina: “As coisas aconteciam. Simplesmente aconteciam. Sem um envolvimento deliberado (Donath, 2017, p. 42).

Essa ideia de fluxo “normal” ou “natural” da vida se alimenta tanto do cultural quanto da ideia do determinismo biológico, que conduz naturalmente à maternidade. Essa lógica determina que existe apenas um plano de vida correto pelo qual todas as pessoas devem passar. E, assim, chega um momento em que o “relógio biológico” grita e todas sentimos um desejo enorme de sermos mães. Se esse desejo não aparece, sentimos mal e nos culpamos. E se nos arrependemos, culpamo-nos ainda mais. Pensamos que todas nascemos para sermos mães, mas a verdade é que somos condicionadas a isso desde muito pequenas. Em um trabalho posterior, Badinter (2011) fala sobre os conflitos modernos entre os papéis sociais de mãe e mulher, retomando a ideia de que a maternidade não é uma escolha, mas algo que decorre muito mais do normativo do que de uma decisão racional. Acontece que não somos simplesmente levadas à maternidade; existe um manual sobre o que é ser uma “boa mãe”, a mãe ideal. Sobre esse “manual materno”, Badinter (1985, p.239) afirma: “ou as mulheres tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso”. Em todas as culturas, há um ideal predominante de maternidade, que pode variar conforme a época, mas que, consciente ou não, todas as mulheres carregam. Como a autora coloca: “pode-se aceitá-lo ou contorná-lo, negociá-lo ou rejeitá-lo, mas é sempre em relação a ele que, em última instância, se é determinado” (Badinter, 2011, p. 98). A autora ressalta que, ainda que no mundo moderno as mulheres tenham inúmeras aspirações para além da maternidade e possam até mesmo optar por não vivê-la, as pressões maternas continuam sempre presentes (Badinter, 2011).

Se a maternidade é, como foi demonstrado, uma prática social, é natural que mude conforme a sociedade se transforma. Do primeiro livro de Badinter até hoje, muita coisa mudou, na dinâmica do capitalismo e na posição das mulheres. É preciso entender como, nessas novas condições, a maternidade patriarcal continua a cumprir o papel de promover e reforçar a submissão feminina e a empurrar as mulheres para uma espiral de culpa e frustração por se sentirem incapazes de cumprir expectativas que são, ao mesmo tempo, apresentadas como “instintivas”. Destacam-se, aqui, as pressões geradas pelas vertentes chamadas de *intensive mothering* (Hays, 1996) e *new momism* (Douglas; Michaels, 2007), que correspondem à ideologia da maternidade em tempos de neoliberalismo.

Um elemento importante é a presença da mãe no mercado de trabalho assalariado. Como se sabe, nos pós-guerras, as mulheres de classe média foram levadas de volta para o lar, a fim de devolver os postos de trabalho aos homens desmobilizados das forças armadas. Essa reformulação ideológica é baseada, principalmente, na teoria do apego de Bowlby, fundada na crença de que as crianças precisam da mãe em tempo integral em casa, sem o que sofreriam do que foi chamado de “privação materna”, tão prejudicial para seu desenvolvimento quanto doenças físicas (cf. O’Reilly, 2016, p. 45). Estão dados os fundamentos para a ideia de maternidade intensiva (*intensive mothering*), que surge justamente nesse período.

Segundo Hays, a maternidade intensiva possui três características centrais: indica que a mãe é cuidadora central; a maternidade é considerada mais importante que o emprego remunerado; e a maternidade requer grandes quantidades de tempo, energia e recursos materiais para a criança (Hays, 1996, p. 8). Mas O'Riley (2016) considera que a maternidade intensiva só começa mesmo por volta do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, após a geração *baby boom*. O discurso pós-guerras de boa maternidade exigia que as mães ficassem em casa com os filhos, mas ainda não a terceira característica descrita da maternidade intensiva. Até então, imperava o que a autora chama de "maternidade de custódia", que demandava o tempo integral das mulheres, mas com ênfase na proximidade física, sem a necessidade da sintonia absoluta com as necessidades psicológicas, emocionais ou cognitivas de seus filhos.

O trabalho doméstico – manter a casa limpa e servir jantares bem preparados – era, mais do que as crianças, o que ocupava o tempo e a atenção das mães do pós-guerra. Nas décadas de 1950 e 1960, também havia uma clara divisão entre o mundo adulto e o mundo das crianças. As crianças passavam seu tempo brincando com outras crianças na vizinhança; raramente buscavam seus pais para entretenimento ou diversão. E as crianças raramente eram matriculadas em programas, com exceção de eventos ocasionais (O'Reilly, 2016, p. 46-47).

Na maternidade intensiva, a criança é o centro de tudo. Se entendemos a maternidade como a relação mãe-filho, na maternidade intensiva a variável "mãe" é sistematicamente deixada em segundo plano. Isso se reflete, como aponta Hays (1996), nos dilemas entre maternidade e trabalho remunerado. Muitas vezes enquadrados como questões individuais, cabendo a cada mulher resolvê-las, têm na verdade caráter estrutural, vinculado à dupla crença de que a criação dos filhos é uma função das mulheres e pertence à esfera privada, enquanto o trabalho pertence à esfera pública.

Hays ressalta que, ainda que as contradições entre público e privado venham de longa data, o confronto entre carreira profissional e a maternidade é relativamente recente. Segundo a autora, em 1950, apenas 12% das mulheres com filhos abaixo de 6 anos de idade trabalhavam em empregos fixos nos Estados Unidos. Já em 1993, esse percentual tinha crescido para 58% (Hays, 1996, pp. 2-3). A maternidade intensiva, então, potencializa o conflito entre pressões contraditórias.

A ideologia da maternidade intensiva é um modelo com viés de gênero que aconselha as mães a dedicarem uma quantidade tremenda de tempo, energia e dinheiro na criação de seus filhos. Em uma sociedade em que mais da metade das mães com filhos pequenos trabalham fora de casa, pode-se questionar por que nossa cultura pressiona as mulheres a se dedicarem tanto à criação dos filhos. E em uma sociedade em que a lógica do ganho egoísta parece orientar o comportamento em tantas esferas da vida, pode-se também questionar por que uma lógica de cuidado altruísta guia o comportamento das mães. Esses dois fenômenos intrigantes constituem o que chamo de contradições culturais da maternidade contemporânea (Hays, 1996, p. x).

A boa mãe, sob essa perspectiva, precisa combinar disponibilidade emocional e de tempo, altruísmo, expertise e senso de missão. Trata-se de um ideal bastante exigente, que combina velhas percepções, vinculadas ao mito do amor materno, e novas demandas.

Acima de tudo, ela é altruísta. Seus filhos vêm antes dela mesma, de qualquer outra necessidade, pessoa ou compromisso, não importa o quê. Ela ama seus filhos incondicionalmente, mas tem cuidado para não sufocá-los com amor ou com suas próprias necessidades. Ela segue os conselhos de médicos e outros especialistas e se informa sobre o desenvolvimento infantil. Ela está muito presente na vida de seus filhos quando são pequenos e, quando ficam mais velhos, está em casa todos os dias para recebê-los quando voltam da escola. Se ela trabalha fora de casa, ela organiza seu emprego em torno dos filhos para poder estar lá por eles o máximo possível, certamente quando estão doentes ou infelizes. O sucesso da boa mãe se reflete no comportamento de seus filhos – eles têm boas maneiras e respeito pelos outros; ao mesmo tempo, eles têm um forte senso de independência e autoestima. Eles crescem para se tornarem cidadãos produtivos (Chase; Rogers, 2001, p. 30).

O que fica claro com esse trecho é que as demandas sobre o que é necessário para se criar um filho aumentaram de forma significativa. Além dos cuidados que já eram esperados antes, como cuidar do peso, garantir a nutrição adequada para a saúde física de seus bebês, evitar e tratar de doenças, as mães agora devem atentar para a necessidade de estimulação cognitiva, motora e emocional. Por isso, a maternidade passa a ser totalmente orientada por especialistas. O que não falta são guias e cursos de técnicas infalíveis para bebês dormirem; a melhor maneira de fazer introdução alimentar; os benefícios de dançar com bebês; as músicas para bebês dentro da barriga. Uma prova disso é a quantidade enorme de cursos que surgem para mães com bebês, para promover o melhor desenvolvimento deles. E, conforme a criança cresce, a necessidade de conhecimentos especializados se torna maior. Hernandez e VÍctora (2019) chamam esse conjunto de discursos e práticas de “modos sensíveis de criação infantil”, um processo mais amplo de psicologização das camadas médias urbanas ocorrido nas últimas décadas no Brasil (p. 40), que busca promover um engajamento ativo dos pais com os filhos. As autoras ainda ressaltam que, muitas vezes, esses discursos e práticas são institucionalizados, como ocorreu no Brasil, onde, desde 2011, foram veiculados materiais publicitários do Ministério da Saúde que incentivavam vários desses discursos: mulheres protagonistas do próprio parto, contato corporal com os filhos mediante o uso do *sling*, massagem corporal no bebê com o método Shantala, entre outros (Hernandez; VÍctora, 2019, p. 45-46).

Ainda que agora tenhamos muito mais tecnologia para auxiliar no serviço doméstico, essa maternidade orientada por especialistas leva um gasto maior de tempo e de dinheiro na criação dos filhos. O questionamento que fica é: como a maternidade intensiva se fortalece justamente no momento em que as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho? Não faz sentido, pois, em tese, era de se esperar esse

comportamento das mães na década de 1950 e 1960, quando estavam em casa, engajadas 100% na maternidade.

O'Reilly argumenta que a maternidade intensiva surge no final dos anos 1980 por mudanças demográficas. As mulheres de classe média, em geral, só iniciam suas maternidades após a consolidação de suas carreiras e acabam levando a lógica do mercado para sua maternidade:

Com frequência, essas mulheres profissionais altamente educadas, que não estão familiarizadas e talvez se sintam desconfortáveis com o trabalho cotidiano, desvalorizado e invisível da maternidade e das tarefas domésticas, preenchem seus dias com atividades públicas que podem ser documentadas como trabalho produtivo e visível. Com menos filhos e mais dispositivos que economizam trabalho e ajuda doméstica, a criação dos filhos – ou, mais precisamente, o enriquecimento e o entretenimento de um filho amado – torna-se o foco do tempo e da atenção da mãe, em contraste com o trabalho de cozinhar e limpar [...]. E quando essas mulheres profissionais voltam para suas carreiras, a maternidade intensiva, praticada durante as noites e fins de semana, é a maneira pela qual uma mãe que trabalha, conscientemente ou não, compensa o tempo longe de seus filhos; isso revela a ambivalência e a culpa que as mães trabalhadoras contemporâneas podem sentir em relação ao trabalho e ao prazer que sentem em realizá-lo (O'Reilly, 2016, p. 52).

Rosamaria Carneiro (2021) aponta como implicações centrais desse maternar intensivo o cansaço e a violência social, que desencadeiam consequências como impacto negativo da carga mental e das tarefas domésticas em seus trabalhos remunerados, levando a uma alta taxa de sobrecarga; abandono de suas carreiras devido à pressão social e às altas expectativas em torno da figura materna; ou, então, a entrada no “empreendedorismo materno”, na tentativa de conciliar as demandas do cuidado com as exigências da vida profissional.

Fox (2006), após entrevistar 40 casais, concluiu que as mulheres de classe média são as mais propensas a desenvolverem a maternidade intensiva. Isso acontece porque, além de recursos materiais, elas possuem tempo e senso de eficácia. Chegam à maternidade com senso de realização e competência, principalmente as que foram bem-sucedidas no trabalho, e levam isso para a maternidade. Dinheiro é algo importante na maternidade intensiva. Afinal, a criação adequada exige muitos recursos financeiros – material para estimulação, boas creches, cursos, atividades, programas culturais e viagens. Carneiro (2019) afirma que é por causa dessa alta necessidade de recurso financeiro que a maternidade intensiva afeta diretamente muito mais mulheres de classe média do que as de classes mais baixas. A mãe que trabalha fora vai ver parte considerado dos seus recursos indo para a criação dos filhos. Ou seja, a maternidade intensiva surge também como resposta de mães que ganham sua própria renda e podem opinar sobre como o dinheiro da família é gasto. São as mães, mais que os pais, que consomem os itens necessários para criança, “assim, à medida que os ganhos e a

independência econômica da mãe aumentam, mais dinheiro é gasto com os filhos” (O’Reilly, 2016, p. 52). Hays aponta a contradição presente nisso:

Falando de forma prática, as mães que trabalham no mercado de trabalho remunerado parecem agir irracionalmente quando dedicam tanto tempo e energia à criação dos filhos, pois essa estratégia é fisicamente e emocionalmente exaustiva, sobrecarregando-as com demandas adicionais no segundo turno. Ao mesmo tempo, elas enfrentam a contradição de se envolverem na busca egoísta de ganho financeiro no trabalho, enquanto direcionam recursos significativos para a criação adequada de seus filhos (Hays, 2007, p. 415).

Ou seja, no mundo corporativo, na esfera pública, a mãe continua seguindo a lógica individualista, própria da competição capitalista, mas na esfera privada a lógica é altruísta. Está na base do discurso da maternidade intensiva a percepção do território doméstico-familiar como um lugar de harmonia, amor e pureza, em contraste com a vida no mercado de trabalho³. Nas palavras de uma entrevistada, “são dois mundos bem diferentes”. E depois: “A minha casa é a minha vida privada, minha filha, minha alma gêmea. Meu lado carinhoso está lá” (Hays, 2007, p. 413). Essa prioridade dada à criança reforça a distinção entre a lógica da esfera pública e da esfera privada. E assim os filhos passam a ser vistos como o bem mais precioso; é esperado que as mães os priorizem em detrimento de qualquer outra coisa, incluindo a si próprias. “Embora a filha de Rachel [a entrevistada antes citada] possa representar um ônus financeiro líquido, ela está fora do escopo de valoração de mercado em termos emocionais e morais” (Hays, 2007, p. 414).

Todo esse trabalho novo do cuidado gerado pela maternidade intensiva é necessário para a criação de um ser de valor tão inestimável. É preciso também levar em conta os altos custos da criação dos filhos conforme os métodos socialmente adequados. Pais e mães necessitam trabalhar para ganhar salários e obter recursos financeiros. Assim, aquela fronteira que separaria a esfera pública e privada fica apenas em termos imaginários e ideológicos. Na prática, as duas esferas se entrelaçam e afetam profundamente uma à outra (Mendonça, 2014, p. 58). Essas práticas não têm apenas custos financeiros; elas também exigem um investimento de tempo e energia por parte dos pais, que precisam se educar constantemente sobre diferentes aspectos da criação, como desenvolvimento infantil e métodos de disciplina positiva. Essa necessidade de conhecimento pode se tornar uma pressão adicional, especialmente para mães que

³ Sobre as consequências da entrada da mulher no mercado de trabalho, Fraser (2020) argumenta que, além de gerar uma dupla jornada de trabalho, já que as funções tradicionais do cuidado e das responsabilidades domésticas continuam majoritariamente femininas, também leva à desvalorização do trabalho do cuidado, pois este passa a ser considerado menos importante em comparação ao trabalho remunerado. Fraser (2020) ainda destaca que, na tentativa de preencher essa “lacuna do cuidado”, esse trabalho é transferido para mulheres racializadas, camponesas ou de regiões mais pobres, que assumem o trabalho reprodutivo antes desempenhado por mulheres privilegiadas. No entanto, para realizar esses trabalhos, essas mulheres racializadas, camponesas e emigrantes delegam os cuidados de seus próprios filhos a outras mulheres, criando o que a autora chama de “cadeias globais de cuidado” (Fraser, 2020, p. 280).

sentem a responsabilidade de estar sempre informadas e engajadas em práticas de criação ideais (Hernandez; VÍctora, 2019, p. 50).

É importante observar uma complexidade nas configurações atuais da maternidade, marcadas por práticas de maternidade intensiva e também pelo *new momism*. Por um lado, a fronteira entre público e privado é reforçada, com a exigência de absoluto desprendimento e abnegação para as mães em sua relação com os filhos, valores que não têm espaço na vida profissional. Mas, por outro lado, a lógica neoliberal contamina toda a criação das crianças, uma vez que muito do esforço dedicado a elas tem o propósito de dotá-las de “vantagens” no futuro – na competição no mercado de trabalho. Trata-se de produzir determinadas competências, que se imagina tão mais bem absorvidas quanto mais cedo são introduzidas, como o domínio de línguas estrangeiras; de garantir o melhor rendimento escolar possível; de fornecer capital cultural, na forma de viagens ou de desenvolvimento de habilidades “artísticas”; de aprimorar as habilidades sociais; de viabilizar as redes de contato adequadas, garantindo que seu filho frequente os mesmos espaços que os filhos de pessoas endinheiradas e influentes.

O desvelo em relação à criança, paradoxalmente, nega qualquer ideia de sua autonomia, tornando-a um projeto dos pais – sobretudo da mãe, atualizando a velha ideia de que o filho é o veículo para a mulher se realizar na esfera pública. A influência do neoliberalismo é enorme, sobretudo quando lembramos que, como observam Pierre Dardot e Christian Laval, sua principal característica como “nova razão do mundo” é fazer da concorrência o princípio organizador de todas as relações entre as pessoas. O cuidado da mãe é orientado pela competição com as outras crianças, que serão os concorrentes de seu filho no futuro mundo adulto. O neoliberalismo vê cada pessoa como “capital”, como diz o discurso do “capital humano” (Dardot; Laval, 2016), e os novos parâmetros da maternidade colocam a mãe como gestora do capital-filho. A mãe “investe” em seu filho, investe tempo, dedicação, cuidado, e a metáfora do “investimento” corresponde bem à natureza desse processo. Nesse processo de privatização do cuidado, o Estado se exime de responsabilidade, e encontramos um cenário de ausência de políticas públicas adequadas e todo o investimento e responsabilidade no “futuro cidadão” fica a cargo da família (Carneiro, 2021)

O'Reilly coincide, indicando que a maternidade intensiva dos anos 1990 é decorrente do neoliberalismo da mesma época. Ou seja, as normas da maternidade são reescritas como respostas a mudanças culturais e econômicas significativas. Isso também é explorado por Fraser (2020), que demonstra que, no sistema neoliberal, o cuidado é mais privatizado, e surgem políticas que reduzem a assistência pública comprometendo a capacidade das mulheres de realizar suas funções de cuidado, ao mesmo tempo que as empurram para o mercado de trabalho. Essa precarização do cuidado social exacerba a crise existente na própria lógica capitalista neoliberal e aumenta a dependência de outras mulheres para suprir essas necessidades

A privatização e desregulamentação de vários serviços antes fornecidos pelo Estado – escolarização, educação, saúde, cultura, artes, recreação, saúde,

condicionamento físico e cuidado – fazem com que sejam transferidos para as mães (O'Reilly, 2016, p. 57), ou terceirizam o cuidado para outras mulheres subalternizadas. A lógica neoliberal de responsabilidade individual sobrecarrega as mães e aumenta a culpa materna, porque as torna responsáveis não só pelo cuidado dos filhos, mas por como eles vão se sair no futuro. Então, no momento em que as mulheres conquistam mais independência social e econômica, em que participam mais ativamente do mercado de trabalho, chegam a áreas que antes eram predominantemente masculinas, em que aparecem melhores oportunidades de educação para as mulheres, em que elas finalmente avançavam para se sentirem confiantes, surge um novo discurso sobre maternidade que gera o eterno sentimento de inadequação como mães e que o trabalho remunerado e a maternidade serão sempre dois aspectos conflitantes da vida. Essa dinâmica, como coloca Carneiro (2021), reforça desigualdades de gênero no local de trabalho, em que as mulheres acabam enfrentando mais barreiras para alcançarem progressão em suas carreiras. Elas, muitas vezes, são vistas como menos comprometidas ou disponíveis, o que pode afetar suas oportunidades de promoção e desenvolvimento profissional (Carneiro, 2021. p. 6). O intuito é manter a ordem social, em que a mulher se anula em favor da maternidade.

A culpa e a vergonha que as mulheres experimentam ao não atingirem um ideal que, na verdade, é impossível, não são acidentais nem inconsequentes; pelo contrário, são deliberadamente fabricadas e monitoradas. Assim como o autodesprezo produzido pelo Mito da Beleza mina e compromete o senso de realização das mulheres na educação ou na carreira, o discurso atual da maternidade intensiva gera autodúvida, ou mais especificamente, uma culpa que paralisa as mulheres e rouba sua confiança tanto como trabalhadoras quanto como mães. *Dado que ninguém pode alcançar a maternidade intensiva, todas as mães se veem como fracassadas. É assim que o discurso funciona psicologicamente para regular (ou seja, paralisar) as mães por meio da culpa e da vergonha.* E algumas mães, acreditando que a maternidade perfeita poderia ser alcançada se “simplesmente parassem de trabalhar”, deixam o emprego remunerado (O'Reilly, 2016, p. 58).

Baseadas no trabalho de Hays, com o conceito de maternidade intensiva, Susan Douglas e Meredith Michaels chegaram à definição de *new momism*. A expressão é de difícil tradução, indicando uma retomada da relação exclusiva e impossivelmente idealizada entre mãe e filho – uma “neocorujice”, talvez. As autoras analisam as representações de maternidade nas mídias estadunidenses, percebendo o neomomismo como “uma visão altamente romantizada e, ao mesmo tempo, exigente da maternidade, na qual os padrões de sucesso são impossíveis de serem alcançados” (Douglas; Michaels, 2007, p. 619). Assim, o neomomismo seria um conjunto de ideias, normas e práticas, trabalhados nos meios de comunicação de maneira constante e poderosa, que aparentemente celebram a maternidade promovendo padrões de maternagem inatingíveis.

Somos socializadas a vida inteira para acreditar que a maternidade é instintiva, que a conexão mãe-filho é algo que está escrito no nosso código genético, que confiar

nos nossos instintos é o suficiente para entender e lidar completamente com a complexidade do cuidado. Mas, quando a maternidade se concretiza, percebemos imediatamente que não sabemos nada (ou nada que realmente importe). Ninguém conta, por exemplo, que aquela cena de novela em que o bebê nasce e vai direto para o seio e a mulher amamenta naturalmente, sem dor, apenas aproveitando aquele lindo momento de conexão, é uma grande mentira. Amamentar dói, nem criança nem mãe sabem como fazer de primeira. E aí, quando vemos, estamos com o seio empedrado, com uma febre de 40 graus por causa da mastite, e uma criança que berra de fome, mesmo sem sair do peito (que já está todo ferido). E, ainda, somos cobradas pelo pediatra que diz que a criança está perdendo peso, ou pela sogra que diz que nosso leite é fraco. Nesse cenário, é muito fácil se entregar a cursos com consultoras de amamentação, a produtos que fazem o “leite descer”, a travesseiros de amamentação que vão colocar a criança na posição correta. As mães são alvos bons para a mídia porque elas caminham sempre num terreno de insegurança, num lugar em que não é permitido falhar. Então, quando a mídia oferece para essa mãe “soluções”, elas compram. Essa reflexão está inserida na base do neomomismo: “Ele redefine todas as mulheres, em primeiro lugar, por meio de suas relações com as crianças. Assim, ser cidadã, trabalhadora, governadora, atriz, primeira-dama, tudo devem ficar em segundo plano em relação à maternidade”. Elas prosseguem: o neomomismo “insiste que, se você quiser fazer qualquer outra coisa, é melhor primeiro provar que é uma mãe amorosa e totalmente envolvida antes de prosseguir” e “o único recurso para mulheres que querem construir uma carreira, ou fazer qualquer outra coisa além de ficar em casa com as crianças o dia todo, é provar que podem ‘fazer tudo’” (Douglas; Michaels, 2007, p. 633). Quando, em 1990, John Bowlby traz a teoria do apego, acaba dando origem a uma série de discursos e práticas de maternidade, como, por exemplo, “modos sensíveis de criação infantil” (Hernandez; VÍctora, 2019), “maternidade ativa” (Pulhez, 2015; Badinter, 2011) e “criação com apego” do pediatra Carlos Gonzales, trazendo uma busca pelo naturalismo, que, no fundo, reforça a ideia de instinto materno.

O central, então, é a insistência de que as mulheres têm escolhas, que são agentes ativos no controle de seu próprio destino e que têm autonomia. As autoras localizam sua análise no contexto pós-feminista – justo na ideia de que a segunda onda resolveu todas as questões e agora as mulheres podem “ter tudo”, mas que se percebe naturalmente que a maternidade se sobrepõe aos outros aspectos da vida.

É importante fazer uma digressão sobre o que seria o pós-feminismo, para entender a relação dele com o neomomismo. O pós-feminismo sugere que, como o feminismo alcançou a pretendida igualdade, agora não é mais necessário. Pelo contrário, tornou-se indesejável. Após alcançar a igualdade, o feminismo só levaria as mulheres à infelicidade, pois quer retirar delas a maior de todas as felicidades, a maternidade (Douglas; Michaels, 2007, p. 635). E o neomomismo é a maneira mais eficaz de “redomesticar” as mulheres.

Aqui está a progressão. O feminismo venceu; você pode ter tudo; é claro que você quer ter filhos; as mães são melhores em criar filhos do que os pais; é claro que seus filhos vêm em primeiro lugar; é claro que você fica por último; as crianças de hoje precisam de atenção constante, cultivo e adoração, caso contrário, se tornarão fracassados e odiarão você para sempre; você não quer falhar nisso; é mais fácil para as mães abandonarem seu trabalho e seus sonhos do que para os pais; você não quer mais ter tudo (o que é bom, porque você não pode ter tudo); quem se importa com igualdade, você está muito cansada; e opa! – aqui estamos em 1954 (Douglas; Michaels, 2007, p. 635).

O neomomismo, então, distorce e nega o fato de que a grande maioria das mães tem pouca ou nenhuma escolha na construção de suas vidas. É ainda mais cruel que se use a ideia de que as mães “escolhem” esse tipo de maternidade tão opressora. A própria ideia de escolha, como a teoria feminista mostra, é uma ficção que disfarça e justifica desigualdades de gênero. E a liberdade individual da mulher vai até a maternidade, pois, a partir do momento em que ela se torna mãe, ela precisa se anular em favor do filho.

Com isso, a vida da mãe é marcada por permanente exaustão. Pesquisa realizada no Brasil, em 2022, dá conta que 92,4% das mães são as responsáveis por levar os filhos a tratamentos médicos, 84,7% realizam tarefas domésticas. Quando questionadas sobre a saúde mental, 62,7% afirmam que têm sensação de vazio; 31,6% se sentem sozinhas de três a cinco vezes por semana; 60% saíram com amigas no máximo duas vezes no último ano. Apenas 35,6% praticam alguma atividade física regularmente. Só 30,6% dizem ter um hobby⁴. Fazendo um paralelo com a síndrome do esgotamento profissional, nos Estados Unidos já se usa o termo “*mommy burnout*” para se referir à exaustão e ao estresse crônicos das mães sobrecarregadas com sua rotina materna. Uma edição da Revista Pazes de 2017⁵ noticiou que as mães são as mais acometidas pela Síndrome de Bournout.

Ser mãe é um trabalho em tempo integral, 24 horas por dia, 365 dias por ano. A isto se acrescenta que muitas mulheres também trabalham e realizam a maior parte das tarefas domésticas. Em muitas ocasiões, assim que acabam de limpar a casa e colocar tudo em ordem, descobrem que já está tudo sujo e bagunçado novamente, o que cria um intenso sentimento de frustração e impotência que as faz questionar o sentido e o valor do que elas estão fazendo (Revista Pazes, 2017).

Mas não basta denunciar a situação. Trata-se de uma estrutura de poder, e, para combatê-la, é preciso encarar a maternidade como uma causa política e entender que o cuidado não pode estar na mão de uma única pessoa, nem na esfera privada. O Estado Neoliberal extingue o cuidado como equipamento e política social, mulheres maternam sem nenhum apoio do Estado, e assim facilmente são levadas à exaustão.

⁴ A pesquisa, realizada pela comunidade materna Mommy, sendo entrevistadas 634 mulheres, entre 25 e 59 anos, está disponível completa através do link: <https://bit.ly/mommys-34>

⁵ Disponível em: <https://www.revistapazes.com/maes-esgotadas/>

Um feminismo atento às mães

Apesar da centralidade da maternidade na produção da posição subordinada da mulher na sociedade, nem sempre o movimento feminista soube lidar com ela. Na chamada “primeira onda” do movimento feminista, no final do século XIX e começo do século XX, quando se lutava por direito de voto e acesso à educação, não se questionou o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. Buscavam-se direitos que melhorassem as condições de gestação. Creio que esse é um indício significativo de como o mito do amor materno é potente.

No pós-guerras, sobretudo com *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, verifica-se uma transição do feminismo igualitário para a era do feminismo “centrado na mulher-sujeito” (Scavone, 2001, p. 138), levando à politização das questões pessoais, que marca a chamada “segunda onda” do feminismo (segunda metade do século XX). Segundo a periodização de Scavone, num primeiro momento, a maternidade é entendida como construção social, que coloca a mulher na família e na sociedade e é a principal causa da dominação masculina. No segundo momento, a maternidade passa a ser reconhecida como um poder único, exclusivo das mulheres e invejado pelos homens. Enfim, no terceiro momento ocorre a “desconstrução do handicap natural” (Scavone, 2001, p. 141), com a percepção de que a questão não é a mera biologia da reprodução, mas sim as relações de dominação que conferem significado social à maternidade.

A luta das feministas da segunda onda garantiu avanços importantes na pauta feminista, como o direito ao controle contraceptivo e ao acesso ao aborto seguro e legal em muitos países (embora esteja sob ataque no momento), o fim da discriminação de gênero nos ambientes de trabalho e leis de divórcio mais justas. Mas, conforme aponta O'Reilly, as mulheres “pós-segunda onda” crescem com novas expectativas sobre o que é ser mulher, com muito mais igualdade na vida acadêmica e no mercado de trabalho, mas isso só até elas se tornarem mães. Nesse momento, as “antigas” suposições sobre gênero voltam. Embora a segunda onda do feminismo tenha aberto o acesso a contextos educacionais e profissionais, pelo menos para mulheres de grupos sociais privilegiados, ao terem filhos, a responsabilidade primária ainda é cuidar e criá-los (O'Reilly, 2016).

Segundo O'Reilly, foi a distinção que Adrienne Rich fez entre maternidade/maternidade patriarcal (*motherhood*) e maternagem/maternidade feminista (*mothering*)⁶ que permitiu às feministas reconhecerem que a maternidade não é natural, necessariamente ou inevitavelmente opressiva, uma visão mantida por

⁶ Os trabalhos de O'Reilly e Rich não possuem tradução para português. Nós trabalhamos com os textos na língua original, inglês. Mendonça (2014), em sua tese de doutorado, traduz os termos *motherhood* como “maternidade” e *mothering* como “maternagem”. Concordo com essa tradução, mas gostaria de acrescentar que *motherhood* também pode ser chamada de “maternidade patriarcal” e *mothering*, de “maternidade feminista”. O termo “maternagem” já vem sendo adotado em estudos acadêmicos de diversas áreas (psicologia, serviço social) para designar cuidados com bebês e crianças realizados pelas mães ou outros cuidadores (professores, babás, mães adotivas, pais, parentes, etc.).

algumas feministas da segunda onda (O'Reilly, 2007, p. 794). De maneira objetiva, maternidade, para Rich, refere-se à instituição patriarcal da maternidade, que é definida e controlada pelos homens e é extremamente opressiva para as mulheres, enquanto maternagem se refere às experiências femininas de criar, que são definidas e centradas nas mulheres e podem ser potencialmente empoderadoras para elas. Em um trecho do seu livro, Rich narra:

Lembro de um verão em que vivi na casa de um amigo em Vermont. Meu marido estava trabalhando no exterior por várias semanas e meus três filhos - nove, sete e cinco anos de idade - e eu ficamos na maior parte do tempo sozinhos. Sem a presença de um adulto do sexo masculino na casa, sem nenhum motivo para horários fixos, sonecas, refeições regulares ou horários de dormir antecipados para que os dois pais pudessem conversar, nós nos entregamos a um ritmo delicioso e pecaminoso... Vivíamos como náufragos em alguma ilha de mães e crianças. À noite, eles adormeciam sem reclamar e eu ficava acordada lendo e escrevendo, como fazia quando era estudante, até altas horas da madrugada. Lembro-me de pensar: É assim que poderia ser viver com crianças - sem horários escolares, rotinas fixas, sonecas, o conflito de ser mãe e esposa ao mesmo tempo, sem espaço para ser simplesmente eu mesma. Dirigindo para casa uma vez após a meia-noite, vindo de um cinema drive-in tarde da noite... com três crianças dormindo no banco de trás do carro, senti-me totalmente acordada, eufórica; tínhamos quebrado todas as regras de horário de dormir, as regras noturnas, regras que eu mesma achava que tinha que obedecer na cidade para não me tornar uma "mãe ruim". *Éramos conspiradores, fora da lei da instituição da maternidade; eu me sentia imensamente no controle da minha vida* (Rich, 1986, pp. 194-195, grifo da autora).

Mas, quando retorna à cidade, a instituição “fechou-se novamente, e minha própria desconfiança de mim mesma como uma 'boa mãe' voltou, junto com meu ressentimento do arquétipo” (Rich, 1986, p. 195). Nessa reflexão, Rich deixa bem clara a distinção entre a maternidade e maternagem, pois, ao “viver como náufragos”, ela está se negando a cumprir o manual de “como ser uma boa mãe”, que estrutura toda a nossa maternidade. Ela destaca que, mesmo recebendo toda responsabilidade pelo trabalho materno, as mães não têm poder para decidir sobre em que condições irão exercer a maternidade. Nessa mesma linha, o Coletivo Feminista de Sexualidade de São Paulo, em seus escritos dos anos 1980, defendia a ideia de uma “maternidade prazerosa, voluntária e socialmente reconhecida” (Diniz, 2000). Voluntária, por ser uma escolha espontânea; prazerosa, para não se tornar uma fonte de sobrecarga; e socialmente reconhecida, para que o Estado e a sociedade em geral passassem a enxergar o trabalho reprodutivo não remunerado como uma atividade socialmente relevante e digna de valorização, conforme argumentos sustentados por Silvia Federici (2018).

Assim, a maternidade patriarcal é uma experiência de “responsabilidade impotente” (Rich, 1986). Seja através de um conselho médico, de um livro, de um artigo em revista ou de um *post* no Instagram, mães criam seus filhos de acordo com valores e expectativas da cultura dominante (O'Reilly, 2016, p.19). As mães são sempre policiadas pelo “olhar dos outros”, e assim elas “abandonam a autoridade para os outros, e perdem

a confiança em seus próprios valores” (Ruddick, 1989, p.111). Esse policiamento pelo “olhar do outro” faz com que mães se preocupem e passem a “dar satisfação” sobre seu maternar, ao mesmo tempo que abre espaço para que terceiros questionem a sua maternidade.

O’Reilly identifica diversos pressupostos ideológicos que a cultura patriarcal usa para definir o que significa maternidade, da essencialização e da despolitização à privatização e à expertização (O’Reilly, 2016, p.14). Eles fazem da maternidade algo natural e basilar à identidade feminina, sob responsabilidade exclusiva de uma única pessoa (a mãe, preferencialmente aquela que está ligada por laços de sangue à criança), a ser desempenhado exclusivamente na esfera reprodutiva e doméstica, tudo levando à percepção da criação dos filhos como uma atividade apolítica, de cunho privado, sem relações nem implicações sociopolíticas. Assim, a maternidade é estruturada como uma instituição patriarcal, opressiva para as mães, ao mesmo tempo que as longas jornadas de trabalho materno são desvalorizadas socialmente. Além disso, eles ocultam as dificuldades enfrentadas na conciliação entre trabalho remunerado e maternidade. Ao estabelecerem modelos maternos inatingíveis, causam sobrecarga, fadiga e culpa nas mães, devido ao trabalho árduo e ao conjunto de responsabilidades que assumem sozinhas. O’Reilly (2006) ainda lembra que, assim como esses pressupostos ideológicos foram culturalmente construídos, eles também podem ser desconstruídos, uma vez que não são naturais nem inevitáveis para as práticas de maternagem.

Mas, quando Rich faz a distinção entre maternidade e maternagem e expõe a narrativa patriarcal por trás da maternidade, ela abre a possibilidade de desestabilizar a sustentação de seu discurso patriarcal e sua consequente interferência nas práticas e significados da maternagem. Cria-se, então, um espaço para articulação de contranarrativas que visem a estimular alternativas de maternagem que empoderem as mulheres, em vez de oprimi-las (O’Reilly, 2013, p.188).

Mas o que seria a maternagem ou “maternidade feminista”? É muito mais fácil determiná-la pelo que ela não é do que pelo que ela é, tendo em vista que ela seria qualquer prática de maternidade que busca desafiar e mudar aspectos da maternidade patriarcal que fazem com que esse maternar seja limitante e opressivo para as mulheres. Seriam, assim, práticas maternas que resistem e recusam a maternidade patriarcal para criar um modo de maternidade empoderador para as mulheres (O’Reilly, 2007).

No entanto, segundo a própria O’Reilly (2016), não existem trabalhos que falam sobre como seria essa maternagem. Há estudos, principalmente na área da psicologia, que mostram como o empoderamento materno é importante para relação mãe e filha e como esse empoderamento pode mudar a perspectiva dessas meninas sobre a maternidade e o seu papel feminino.

Com base nos achados de Rich sobre o distanciamento de mães e filhas, teóricas feministas a partir dos anos de 1980 focaram na importância da conexão e proximidade entre mãe e filha para o empoderamento feminino. De acordo com O’Reilly (2016), essa literatura feminista teve um papel importante na desestabilização da teoria, que vem da

psicanálise, de que as filhas precisam se desprender dos vínculos maternos para alcançar autonomia. Contudo, a conquista dessa literatura seria parcial, pois ela não compreende toda a complexidade da relação conexão-empoderamento trazida por Rich, que enfatiza a necessidade de empoderamento da mãe.

[São] mães que querem sua própria liberdade e a nossa... A qualidade de vida da mãe – por mais que seja uma batalha e desprotegida – é a sua principal herança para sua filha, porque uma mulher que pode acreditar em si mesma, que é uma lutadora e que continua lutando para criar um espaço habitável ao seu redor, está demonstrando à sua filha que essas possibilidades existem (Rich, 1986, p. 247).

Particularmente, considero esses trechos comoventes e poderosos, mas é problemática a ideia de que a busca por empoderamento é uma questão individual. Nos trechos acima, Rich aponta como sendo da mãe a responsabilidade de se empoderar e expandir os seus limites. Contudo, transformar o empoderamento das mães numa questão individual – da esfera privada – é mais uma vez retirar a maternidade de um lugar político, além de eximir a responsabilidade da sociedade e do Estado.

Como O'Reilly alerta, a subjetividade das mulheres contemporâneas é experimentada como uma divisão entre os ganhos recentes como mulher⁷ sem encargos – mulheres sem filhos – e as antigas expectativas de gênero quando as mulheres se tornam mães. Vivemos em um mundo onde as mulheres crescem com novas expectativas sobre o que significa ser mulher, observando uma semelhança tangível e real com os homens, ao mesmo tempo que as problemáticas opressivas de gênero conectadas à vida familiar permanecem. Ou seja, as antigas suposições de gênero só aparecem pós-maternidade (O'Reilly, 2016).

Esse sentimento não é algo individual. Diversas autoras (Hallstein; O'Reilly, 2012; Crittenden, 2001; Hirshman, 2006) demonstram que, embora a segunda onda tenha aberto acessos educacionais e profissionais para mulheres, pelo menos as privilegiadas, a responsabilidade primária de cuidar e criar os filhos ainda é feminina. Segundo Hirshman (2006), a atribuição do trabalho do cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas alcança as mulheres de todas as classes sociais. A responsabilidade do cuidado e criação dos filhos aparece mesmo naqueles casais que compartilhavam as tarefas domésticas antes da chegada dos filhos: “algo sobre um bebê encoraja o ressurgimento dos papéis de gênero tradicionais” (Crittenden, 2001, p. 25). Ou seja, até mesmo uma mulher envolta numa bolha de privilégios enfrenta as discriminações de gênero ao se tornar mãe.

Em resumo, *é no papel materno que as desigualdades de gênero se exibem mais claramente para a mulher*. Afinal, toda a socialização de gênero é feita para manter as mães dentro da esfera privada, cumprindo esse papel do cuidado, para que o homem-pai continue participando da esfera pública mesmo após o nascimento dos filhos. As mulheres, que antes da maternidade se acostumaram com uma vida mais igualitária, se veem diante

⁷ Especialmente para mulheres de classe média com privilégios de classe, raça e sexualidade.

de um dilema pós-maternidade, que O'Reilly chama de subjetividade dividida. Tal dilema leva algumas dessas mulheres a questionarem padrões comportamentais e até visão política. O resultado dessa subjetividade dividida pós-segunda onda é a emergência de uma nova configuração familiar, as famílias neotradicionais, que

parecem ser novas e até mesmo progressistas, porque muitas famílias heterossexuais contemporâneas e privilegiadas têm tanto uma mãe quanto um pai com educação e profissão. No entanto, essa configuração familiar continua problemática, pois os fundamentos básicos dos papéis e responsabilidades familiares pré-segunda onda ainda persistem quando os filhos chegam: as mães continuam sendo as principais cuidadoras das crianças nesse “novo” tipo de família (O'Reilly, 2016, p. 44).

Ainda que mulheres tenham obtido benefícios reais graças à segunda onda do feminismo, após se tornarem mães, elas adotam as configurações familiares neotradicionais que atribuem a elas a responsabilidade do cuidado com os filhos e com os afazeres domésticos, enquanto essas mesmas mulheres ainda mantêm os seus empregos. Surge, assim, uma segunda tensão, que exige que as mulheres atendam simultaneamente às demandas intensivas do “neomomismo”, ao mesmo tempo que atendem às normas e expectativas intensivas e exigentes de carreiras profissionais.

Conclusão

Começarei o encerramento deste artigo respondendo a um questionamento primário: “O que eu entendo como maternidade?” Maternidade, da maneira como eu a vejo, é um fenômeno político que coloca a mulher num novo lugar social. Como demonstra Mendonça (2014), ela gera transformações profundas na vida das mulheres, que alteram suas rotinas e revisam seus valores e prioridades. E qualquer compreensão da vida das mães é incompleta sem a consideração de como a maternidade molda o senso de como ela vê e vive no mundo (O'Reilly, 2016). São mudanças físicas, claro, mas sobretudo sociais, relacionadas às responsabilidades, expectativas, constrangimentos e padrões impostos às mulheres a partir do momento em que se tornam mães: a maternidade como um papel social bem definido.

Da maneira como acabei de expor, pode parecer que a maternidade afeta, principalmente, a subjetividade. Mas a subjetividade é também um produto social e político. Os ideais de perfeição maternas atuais, que intensificam as demandas das mulheres que se tornam mães para que elas se dediquem de forma extrema ao cuidado de seus filhos (o *intensive mothering*), colocam a maternidade como a principal fonte de identidade e realização para as mulheres, suprimindo outras esferas de suas vidas, como o trabalho e outros interesses pessoais, que devem ficar necessariamente em segundo plano. Essa maternidade intensiva faz com que as expectativas culturais e sociais em torno da maternidade moldem a experiência das mulheres mães e influenciem as escolhas e as identidades femininas na sociedade em que vivemos.

É possível sair desse padrão de maternidade patriarcal, como diz O'Reilly (2013, p. 188). Para isso, é necessário que sejam construídas contranarrativas capazes de evidenciar a existência de práticas diversas de maternagem. Esse reconhecimento da diversidade é essencial para estimular a reflexão e promover a desconstrução ou até mesmo a aceitação silenciosa da cultura da maternidade patriarcal. Através desse processo, é possível atribuir novos significados à maternidade e à maternagem que sejam diferentes da narrativa patriarcal predominante até hoje, mesmo com os avanços do discurso feminista em diversas outras áreas da experiência social das mulheres. Parece que, ao tornar-se mãe, a mulher vê recuarem muitos dos progressos obtidos na condição feminina, em áreas como trabalho ou sexualidade, enfrentando pressões gigantescas para se conformar ao papel estereotipado que é imposto a ela. Dessa forma, ao ressignificar esses conceitos, abrimos espaço para uma maior diversidade de experiências maternas, permitindo uma abordagem mais inclusiva, respeitosa e empoderadora para as mulheres em seu papel materno que as reconheça como seres humanos completos, que têm na relação com os filhos apenas um aspecto de suas vivências e que, na qualidade de agentes morais plenas, são capazes de fazer sem tutela as suas escolhas.

Mas para isso é preciso pensar na maternidade como fenômeno político. É preciso olhar as barreiras que estão impostas e combatê-las com políticas públicas, que olhem para as mães diretamente, não apenas através dos filhos.

Como campo de estudo, O'Reilly (2016) propõe um feminismo matricêntrico, um feminismo que parta das preocupações das mães. A autora argumenta a necessidade de se encarar a “mãe” como distinta da categoria “mulher”, por causa de diversos problemas especificamente enfrentados pelas mães. Tais problemas afetam suas identidades e subjetividades nos âmbitos psicológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Isso é necessário porque, mesmo depois de muitas décadas de lutas feministas, as mães continuam sendo duplamente oprimidas pelo patriarcado, por serem mulheres e por serem mães.

Referências

ARIÈS, Philippe.
(1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BADINTER, Elisabeth.
(1985). *Um amor conquistado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BADINTER, Elisabeth.
(2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record.

BEAUVOIR, Simone de.
(2009). *O segundo sexo*. São Paulo: Civilização Brasileira.

CARNEIRO, Rosamaria.
(2021). Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. *Cadernos Pagu*, n.63.

CHASE, Susan E.; ROGERS, Mary F.
(2011). *Mothers & children*. New Brunswick: Rutgers University Press.

CRITTENDEN, Ann.
(2001). *The price of motherhood*. New York: Metropolitan.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian.
(2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo.

- DINIZ, Carmen *et al.*
(2000). *Saúde das mulheres: experiência e prática do coletivo feminista sexualidade e saúde*. São Paulo, CFSS.
- DONATH, Orna.
(2017). *Mães arrependidas*. Rio de Janeiro: Record.
- DOUGLAS, J. Susan; MICHAELS, W. Meredith.
(2007). The new momism. In: O'REILLY, Andrea (ed.). *Maternal theory: essential readings*. Toronto: Demeter Press.
- FEDERECI, Silvia.
(2018). *Revolucione en punto cero*. Trabajo domestico, reproduccion y luchas feministas. Buenos Aires, Tinta Limon Ediciones.
- FOX, Bonnie.
(2006). "Motherhood as a class act." In: BEZANSON, Kate; LUXTION, Meg (eds.), *Social reproduction*. Kingston: McGill-Queens University Press.
- FRASER, Nancy.
(maio - ago. 2020). Contradições entre capital e cuidado. Tradução José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 27, n. 53.
- HALLSTEIN, D. Lynn O'Brien; O'REILLY, Andrea (ed.).
(2012). *Academic motherhood in a post-second wave context*. Toronto: Demeter Press.
- HAYS, Sharon.
(1996). *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press.
- HAYS, Sharon.
(2007). *Why Can't a Mother Be More Like a Businessman?*. In O'REILLY, Andrea (org.). *Maternal Theory: Essential Readings*. Bradford, Canada. Demeter Press.
- HERNANDEZ, Alessandra; VÍCTORA, Ceres.
(jan./jun. 2019). *Criação de filhos, recriação de pais: práticas e discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil*. *Áltera*, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 38-60.
- HEINEMANN, Uta Ranke.
(1999). *Eunucos pelo Reino de Deus*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- HIRSHMAN, Linda R.
(2006). *Get to work*. New York: Viking.
- MENDONÇA, Maria Collier de.
(2014). *A maternidade na publicidade*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- O'REILLY, Andrea.
(2007). Feminist mothering. In: O'REILLY, Andrea (ed.). *Maternal theories: essential readings*. Toronto: Demeter Press.
- O'REILLY, Andrea.
(2013). "It saved my life". *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, vol. 4, n. 1, p. 185-209.
- O'REILLY, Andrea.
(2016). *Matricentric feminism*. Toronto: Demeter Press.
- OKIN, Susan Moller.
(2008). Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332.
- PULHEZ, Mariana Marques.
(2015). *Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa*. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- RICH, Adrienne.
(1986). *Of women born*. New York: Norton.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques.
(1992). *Emílio ou Da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- RUDDICK, Sarah.
(1989). *Maternal thinking*. Boston: Beacon Press.
- SCAVONE, Lucila.
(2001). A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p.137-150.
- VÁSQUEZ, Georgiane.
(2014). Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*, vol. 3, n. 6, p. 167-181.
- Recebido em**
agosto de 2024
- Aprovado em**
março de 2025